

# QUINHENTOS ANOS DE MARCOS HISTÓRICOS DE SAÚDE MENTAL NOS AÇORES E NA MADEIRA

AIRES GAMEIRO\*

## 1. ANTES DO SÉCULO XIX

O Hospital de Todos os Santos, Lisboa, a partir de 1504, começou a acolher alguns destes doentes. Com a destruição deste hospital pelo terramoto de 1755, foram transferidos para o Hospital de S. José, instalado no Colégio dos Jesuítas, onde ficaram alojados em péssimas condições até que o Marechal Saldanha os visitou e ordenou a sua transferência em 1848 para o convento dos Padres de S. Vicente de Paulo, chamado de Rilhafoles, o qual em 1911 tomou o nome de Miguel Bombarda e foi fechado em 2011.

A primeira referência aos alienados no Funchal data de 1493. Refere as diligências junto do Senado Municipal do Funchal para a construção de um *tronco ou casa de alienados* que não seria mais do que um cepo ou tronco em calabouço onde ficavam sempre amarrados ou nos períodos de maior agitação. O *Elucidário Madeirense* que dá esta informação na entrada «Manicómio Câmara Pestana», inclina-se para o facto de não ter havido resposta do Governo de Lisboa, nem do Grão-Mestre da Ordem de Cristo, e tão-pouco se sabe qual teria sido o local indicado para essa casa. Nem se conhece onde seriam detidos os doentes mentais nessa data. Grande número dos afectados de alcoolismo e de outras perturbações vagabundava pelas ruas, ao passo que os mais perigosos permaneciam nos calabouços.

---

\* Aires.Gameiro@isjd.pt. Este artigo segue o Acordo Ortográfico de 1945.

A Santa Casa da Misericórdia e outros pequenos hospitais podem ter acolhido algum mendigo doente mental «menos problemático: demente pacífico e deficiente da mente, vulgo, idiota, imbecil ou tontinho», principalmente na Misericórdia após a sua criação em 1511, mas não se dispõe de documentação que o prove.

Pelos anos de 1515-1520, foi construído o Hospital «Novo» da Santa Casa da Misericórdia, por ordenação da Carta Régia de D. Manuel I, de 25 de Maio de 1507. Nele foram incorporados os hospitais existentes, de Santa Catarina, de S. Paulo (da capela de S. Paulo, 1454, transferido para Santa Maria Maior, em 1484), de Santa Isabel ou Hospital «Velho» de Nossa Senhora do Calhau. Não dispomos de informação sobre a assistência a alienados ou doentes mentais identificados nesses pequenos hospitais nem no que ficou conhecido como «novo».

E continuamos a não dispor de notícias deles ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nos inícios do século XVIII, começaram as diligências para transferir a Misericórdia e o seu Hospital de Santa Isabel, de Santa Maria Maior para local mais central, junto da Sé, mudança realizada nos inícios de 1800. Ao seu lado, veio a ser construído o Recolhimento das Órfãs e a Enfermaria Britânica, onde funcionou a nova Escola Médico-Cirúrgica de 1837 a 1910.

Relativamente aos Açores as condições destes doentes seriam análogas às da Madeira, mas não conseguimos dados até ao século XIX, não se excluindo que alguns alienados pobres e menos problemáticos tenham sido acolhidos nas Misericórdias de Ponta Delgada, Ribeira Grande e outras.

## 2. OS ALIENADOS NA MADEIRA E AÇORES NO SÉCULO XIX

### Contexto Nacional

Os alienados do Hospital de S. José passaram em 1848 para o manicómio instalado no Convento de Rilhafoles, ocupado pela Congregação da Missão de São Vicente de Paulo de 1717-1834; e de 1835 a 1848 pelo Real Colégio Militar. Rilhafoles foi dotado do Balneário de banhos terapêuticos em 1853 por D. Maria II, e de Pavilhão de Segurança em 1892, ano da nomeação do director, o Dr. Miguel Bombarda, vítima de morte violenta em 1910. O manicómio Conde Ferreira no Porto, inaugurado em 1883, foi doado pelo seu fundador à Misericórdia do Porto; e o italiano Bento Menni, Irmão de S. João de Deus, fundou a Casa de Saúde do Telhal, em 1893, e a da Idanha, em 1894, registando-as em seu nome. Todos estes centros iam ficando superlotados e sem capacidade de resposta apesar dos contínuos aumentos das suas instalações. A lei de 1889, proposta em 1888 pelo conselheiro do reino José Luciano de Castro, previa seis manicómios para o país, sendo um deles em S. Miguel com 200 camas, decidido pelo decreto de 2 de Março de 1895. Já António Maria de Sena, seis anos após a inauguração do Hospital Conde Ferreira, 1883, de que era director, no seu estudo

*Os alienados em Portugal* (1888), defendia e propunha a construção de mais quatro manicómios que nem chegariam para os 8.000 alienados estimados para cerca de 5 milhões de habitantes. Número excessivo que incluiria muitos vadios e pobres das ruas, deixando de fora muitas vítimas da degenerescência da raça e do alcoolismo crescente, os quais desde a estimativa de Sena, em 1883, pela primeira vez em Portugal, eram considerados perturbados mentais com o síndrome alcoólico.

## Madeira

No *Regimento* de 1816-1819 do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, há referências à assistência de órfãos, pobres e presos, mas não se explicita qualquer assistência aos alienados. Regista-se, contudo, uma cautela com «os doentes perigosos», sem se indicar quais seriam os perigos oferecidos, insinuando-se que seriam perigos de contágio e morte. Na lista das enfermarias do *Regulamento de 1834*, especifica: S. *Joaquim* para as febres; *Visitação* para as moléstias crónicas; feridos para S. *Amaro*; os de mal venéreo para S. *Roque*; e os militares para S. *Sebastião*. Há uma enfermaria para as mulheres, *Nossa Senhora do Socorro*, e para as de mal venéreo, *Santa Maria Madalena*. Por fim, anota mais duas enfermarias para incuráveis, homens, S. *Lázaro*; e para mulheres, *Senhora da Misericórdia*. E ainda a de S. *Patrício* ou Enfermaria dos Ingleses e a dos «Partos occultos», S. *João Nepomuceno*. Não aparece nenhuma enfermaria atribuída ao acolhimento dos alienados ou loucos.

No *Regimento de 1834* continua a não haver referências à hospitalização ou assistência de loucos. É preciso esperar pelo *Regulamento de 1844*, em que os loucos começam a ser internados no Hospital [da Misericórdia, Santa Isabel]: «há alguns quartos seguros para loucos, os quais devem ser separados das outras enfermarias», mas não esclarece de onde são transferidos. Parece que, até essa data, como dissemos, só poderiam estar na rua, em palheiros, em troncos improvisados e nos calabouços da polícia. Eram duas celas de contenção, uma de homens e outra de mulheres, onde esperavam até haver um barco que os levasse para Rilhafoles, quando houvesse vagas, o que raramente acontecia. Neste mesmo ano foi debatida a criação de um asilo de mendicidade contra a qual o secretário da Junta, Manuel de Santana e Vasconcelos, se pronunciou na reunião de 7 de Junho de 1844, pelos abusos de falsos mendigos e por isso era favorável à recolha de doentes, entre outros, loucos, porque estes eram em número fixo<sup>1</sup>.

O Dr. Miguel Bombarda, no verão de 1898, no seu regresso de Ponta Delgada, passou pelo Funchal e visitou, no dia 22 de Agosto de 1898, essas duas celas de contenção dos alienados existentes no Hospital da Misericórdia semelhantes aos calabouços da polícia. Escreveu nesse dia uma carta sobre o assunto para *Medicina Contemporânea*

<sup>1</sup> GOMES, 2016: 197.

publicada no seu n.º 36, e de cujas críticas se fizeram eco dois jornais<sup>2</sup>. As condições dos alienados nesses quartos de segurança no Hospital Santa Isabel da Misericórdia deixavam muito a desejar e faziam crescer na sociedade madeirense, civil e religiosa, a preocupação de remediar essa situação. Já em 1897 «pensou-se que se poderia estabelecer uma enfermaria para alienados no mesmo edifício» do *Lazareto* dos doentes infecciosos, construído na Foz da Ribeira de S. Gonçalo, mas a ideia não foi concretizada.

## Açores

A partir da segunda metade do século XIX alguns alienados eram assistidos na Misericórdia de Ponta Delgada e toma particular relevo na última década do século o papel do Dr. Miguel Bombarda na situação dos alienados nos Açores e na Madeira. Deslocou-se a Ponta Delgada em 1898, a convite da Junta Geral. Este alienista já em 1896 tinha trocado correspondência em 1892-1894, com o Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira, investigador e autor do livro *Os alienados nos Açores. Ensaio de Estatística* (1898), que fez a estimativa de cerca de 500 alienados nos Açores; e com a Junta Geral de Ponta Delgada. Na carta enviada de Rilhafolles de 7 de Dezembro de 1896 a Mont'Alverne de Sequeira, propunha um manicómio para 500 doentes para todo o arquipélago e tece as seguintes considerações:

*O systema único que hoje se pode adoptar [...] é o de colónias. São installações com pavilhões inteiramente separados, mesmo disseminados n'uma vasta área de terreno, e destinados ás diferentes categorias de doentes. Recommendo [...] o livro do Dr. Albrecht Paetz — Die Kolonisierung der Geisteskranken [...] a colónia de Alt-Scherbitz...*

No Verão, em Agosto de 1898, visitou os Açores e passou pelo Funchal. O Dr. Miguel Bombarda colaborou no planeamento do manicómio dos Açores por participação presencial nesse mês de Agosto, em reunião da Comissão da Junta Geral de Ponta Delgada a convite desta. Sobre os preparativos desta vinda para participar na elaboração do projecto, a acta do dia 26 de Julho de 1898 das sessões da Junta de Geral de Ponta Delgada diz o seguinte:

*pelo meio dia reunidos numa das salas do Governo Civil os Procuradores à Junta Geral — Senhores Doutor Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Athaide, vice-Presidente, servindo de Presidente, Victorianno Sequeira, José da Silva Cabral, João de Mello Abreu, João Pedro Borges, Doutor João Soares Albergaria, João d'Oliveira Raposo».*

<sup>2</sup> «Diário Popular», (29 Set. 1898); *Os alienados nas Ilhas*. «Portugal, Madeira e Açores. Folha Noticiosa», n.º 666, (12 Set. 1898), 1-2.

*«Houve a seguinte correspondência Offício do illustre Deputado, o Senhor Conselheiro Poças Falcão participando que a licença para o Senhor Doutor Miguel Bombarda se ausentar das suas funções officiaes e vir a esta ilha em serviço do distrito lhe será concedida pelo Governo conforme o mesmo deputado a solicitara. Offício do Doutor Miguel Bombarda participando que acede ao convite da comissão distrital para prestar os seus serviços na elaboração no projecto de manicómio mas que só pode partir no paquete Funchal do próximo mês d'agosto.*

A presença do Dr. Miguel Bombarda produziu efeitos duplos, gratidão da Junta Geral e polémica com outros intervenientes. A Junta Geral, no quadro de autonomia de 2 de Março de 1895, agora responsável pelos alienados, ia finalmente encontrar uma solução para as condições desumanas nos anexos do hospital da Misericórdia, situado após a extinção das ordens religiosas em 1834 no convento de S. Francisco no mesmo campo.

Numa outra reunião da Junta Geral no fim de Agosto de 1898, Eugénio Pacheco refere que as opiniões do Dr. Miguel Bombarda o ocupara longamente

*redundando em louvores e encómios ao projeto do manicómio por seguir escrupulosamente as indicações das maiores autoridades nesta especialidade como sejam o Doutor Miguel Bombarda Director do hospital de Rilhafoles.*

Numa palavra, no final do século XIX, na Madeira ainda só havia críticas à situação dos alienados; enquanto nos Açores começava a estar esboçado o projecto do seu manicómio.

### **3. ALIENADOS NA MADEIRA E NOS AÇORES, 1900-1928**

Tanto o manicómio Conde Ferreira, no Porto, como as Casas de Saúde do Telhal e da Idanha, Sintra, aumentaram rapidamente para fazer face ao número de doentes pobres. Enquanto Rilhafoles foi cenário do assassinato do seu director em 1910, e em 1911 tomou o nome de manicómio Miguel Bombarda, as Casas de Saúde do Telhal e da Idanha, assistiam, cada uma, cerca de uma centena de doentes, quando passaram em 1910 pela ameaça maçónica republicana de serem confiscadas, e os Irmãos de S. João de Deus e as Irmãs Hospitaleiras, espanhóis e portugueses, serem expulsos do país. Afonso Costa deslocou-se, para isso, a ambas logo no dia 15 de Outubro de 1910, mas sendo propriedades de um italiano, este de Roma diligenciou junto do embaixador italiano o respeito pelas suas propriedades e abortou o inventário ao mandar içar a bandeira italiana na Casa de Saúde da Idanha quando já se estava prestes a iniciar o seu confisco. A partir de 1911 o governo republicano nomeou director clínico do Telhal o Dr. Luís Cebola, o qual, no seguimento dos planos de Bento Menni, desenvolveu nela um modelo notável de colónia de alienados e ergoterapia.

Perante a situação deplorável dos alienados, a Madeira e Açores deram, de 1903 a 1928, duas respostas necessárias, mas precárias, provisórias e deficientes, algo semelhantes, que viriam a ter também semelhante desfecho como vamos ver.

Na Madeira, dadas as condições desumanas dos alienados no Funchal, surgiram em 1903 as diligências do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto para resolver o problema com uma casa de saúde dos Irmãos de S. João de Deus. Entretanto enviava alguns doentes para a Casa de Saúde do Telhal. Paralelamente, como que em concorrência, o benemérito Visconde de Caçongo promoveu a criação de uma comissão *ad hoc* para resolver a situação com um manicómio da iniciativa da Comissão. Esta comissão apressou o projecto do Manicómio Câmara Pestana comprando a Quinta do Rochedo em S. Gonçalo e fazendo pressão nas sessões da Junta Geral para esta apoiar o projecto, e apelando a ofertas do público para levar a cabo o empreendimento.

Mesmo sem apoio da Junta Geral a comissão adaptou a Quinta do Rochedo e abriu o manicómio em 1906 como sua propriedade a doar oportunamente à Junta Geral, a qual não aceitou que a comissão ficasse com poderes de fiscalizar o estabelecimento. Entretanto o Bispo teve a promessa de doação da proprietária da Quinta do Trapiche no alto de Santo António, aos Irmãos, para um manicómio. Dois Irmãos vieram em 1908 para a receber e ficaram surpreendidos por a dona ter voltado atrás por pressões das forças maçónicas, que a terão avisado que não queriam «jesuitismos» na Madeira.

O Manicómio Câmara Pestana crescia a par das repetidas queixas do público pelo seu mau funcionamento, levando o presidente da Junta Geral do Funchal, Vasco Gonçalves Marques, e o Director, Dr. João de Almada, ano após ano, a lamentar e fazer esforços para o melhorar. As queixas, as doenças e mortalidade aumentavam, a água era insuficiente e a alimentação pobre. O Presidente, após visitar o Telhal e a Idanha, fez diligências em 1920 para entregar a gestão e enfermagem do Manicómio Câmara Pestana aos Irmãos de S. João de Deus. A convicção de que as diligências iam resultar, levou Vasco Gonçalves Marques a mandar vir do Telhal ao Funchal os Irmãos Elias Pereira de Almeida e Manuel Maria Gonçalves para iniciar o processo de transferência. Teve, porém, a decepção amarga de não conseguir devido ao facto de numa reunião tumultuosa da Junta Geral, em 28 de Maio de 1920 — da qual publicámos a acta no nosso livro da história da casa<sup>3</sup> — a facção maçónica se opôr tenazmente a essa proposta advogando mais algum tempo para resolver os graves problemas do manicómio que continuou a funcionar mais quatro anos em condições precárias e degradantes.

Em Ponta Delgada, como ficou assinalado acima, o Manicómio dos Açores começou a ser planeado no meio de carências e polémicas. As demoras do processo levaram, porém, o Presidente da Junta Geral, Dr. Aristides Mota, em 1903, a criar o chamado «Hospital Provisório de Alienados» no Papa Terra, S. Gonçalo, para onde foram transferidos os

---

<sup>3</sup> GAMEIRO & GONÇALVES, 2014: 62-75.

homens, ficando ainda as mulheres no anexo da Misericórdia. Era uma solução também precária, como no Funchal, que se foi arrastando em condições insatisfatórias permanentes e desumanas como as do anexo na Misericórdia. Melhor solução viria só em 1928.

Numa palavra, as soluções, o «Manicómio Câmara Pestana», no Funchal, e o «Manicómio Provisório Papa Terra» em S. Gonçalo, Ponta Delgada, iam recebendo duras críticas pelas condições em que os doentes aí eram maltratados. Clamava-se por respostas mais humanas e técnicas.

O Manicómio Câmara Pestana (1906-1925) funcionou durante 19 anos, acabando ingloriamente em 1925 após a tentativa referida acima, vetada pela facção maçónica liderada pelo governador civil, Vasco Cipriano da Silva, de resolver as suas grandes deficiências com a gestão dos Irmãos de S. João de Deus em Maio de 1920. A situação deficiente manteve-se até que a Junta Geral pediu para os homens serem transferidos para a Casa de Saúde do Trapiche, em 1924, e o manicómio ser vendido em 1925 em hasta pública às Irmãs Hospitaleiras, mudando o nome para Casa de Saúde Câmara Pestana para as mulheres, mantendo-se o nome Câmara Pestana por a fundação ser em homenagem a este grande bacteriologista.

O «Manicómio Provisório Papa Terra» arrastou-se mais uns anos até que um dos quatro pavilhões programados na Quinta de Nossa Senhora do Egipto, na Fajã de Baixo, estivesse pronto em 1928, ano em que foi fundada a Casa de Saúde S. Miguel dos Irmãos de S. João de Deus para os homens serem para aí transferidos. Também neste caso as mulheres tiveram que esperar no anexo precário da Misericórdia até outro edifício estar pronto na Quinta do Egipto em 1943. Torna-se significativo como estiveram envolvidos dois grandes alienistas, Miguel Bombarda, no dos Açores; e Júlio de Matos no de Câmara Pestana, Funchal; e a arquitectura de ambos se inspirou na do Conde Ferreira.

A Ordem de S. João de Deus, a pedido das Juntas Gerais distritais, deu respostas adequadas à assistência aos alienados, agora chamados pacientes mentais; na Madeira por insistência do Dr. João de Almada, a partir de 1922; e nos Açores, em Angra do Heroísmo, a partir de 1927; e em 1928 em Ponta Delgada. No Funchal a resposta foi a Casa de Saúde S. João de Deus-Funchal, com início em 1922 e inauguração em 1924, quando a Junta Geral concretizou o pedido que levou à transferência dos homens de Câmara Pestana.

A segunda resposta à Junta do Distrito de Angra do Heroísmo foi concretizada com a Casa de Saúde S. Rafael, nesta cidade em 1927 e 1928, por iniciativa do benemérito Dr. Joaquim Bartolomeu Flores. Pressionou a Junta Geral a pedir aos Irmãos de S. João de Deus para assistirem os doentes em situação precária do Hospital da Misericórdia de Angra e de outros do distrito da Horta. Transferiram-se primeiro só os homens, ficando as mulheres a aguardar que estivessem realizadas as condições de uma secção preparada para elas em 1946. A Casa de Saúde S. Rafael desenvolveu-se e perfez 90 anos em 2017.



A terceira resposta aos pedidos da Junta Geral de Ponta Delgada aos Irmãos foi concretizada em 1928, com a Casa de Saúde S. Miguel, nome escolhido em vez de «Manicómio dos Açores», e propriedade da Junta Geral até 1982, confiada à Ordem Hospitaleira, ao serviço da população de S. Miguel e Santa Maria, e não, de todos os Açores como estava previsto quando foi planeada. Passou para propriedade da Ordem Hospitaleira por escritura de cessão assinada em 20 de Maio de 1983.

#### 4. DE 1928 A 2016

Notemos que após o encerramento do Miguel Bombarda (2011), Lorvão e Arnes (2012), as camas do sector público passaram de 1386 (2000) a 874 (2012); ao passo que as do sector social da Igreja, Irmãos e Irmãs, incluindo as seis casas de saúde mental da Madeira e dos Açores, atingiram 5500, contando as 250 do Conde Ferreira (Misericórdia do Porto). Os dados de registo das cúrias provinciais fornecidos ao autor contam, para os Irmãos, 1944 camas de saúde mental, mais 69 na Gelfa e 21 em Melgaço geridas por eles; e, para as Irmãs, 2963; o que perfaz no total 5157 do sector social da Igreja, enquanto a DGS atribui 874 camas de saúde mental (2012) aos serviços estatais.

Em relação à Madeira, na Quinta do Trapiche, as casas da quinta e as dos colonos foram adaptadas de 1922 a 1924 e a quinta recebeu o nome de *Casa de Saúde do Trapiche* e logo de *Casa de Saúde S. João de Deus*, e foi inaugurada em 10 de Agosto de 1924 com 40 doentes, 38 transferidos do Manicómio Câmara. A sua capacidade aumentou com a construção de vários edifícios: o pavilhão de S. José em 1928 para cerca de 100 doentes; e por 1932-1935 os edifícios centrais e a capela. O aumento rápido dos doentes exigiu o pavilhão de S. João de Deus em 1938 para agudos, e o de Santo António em 1950-1954 para cerca de 100 tranquilos. Os 122 doentes em 1930 aumentaram para 194 em 1940, 361 em 1950 e 405 em 1960, atingindo nesta década cerca de 500, o pico mais alto da sua história. Hoje a Casa de Saúde de S. João de Deus-Funchal tem cerca de 300 pacientes em 12 unidades: uma de agudos e outra de alcoologia, esta desde 1979, ambas requalificadas; 4 de reabilitação psicossocial, sendo uma na cidade; ao passo que a Casa de Saúde Câmara Pestana dispõe de 350 camas de psiquiatria para mulheres, de psicogeriatrics/gerontopsiquiatria, deficiência intelectual de duração curta, média e longa; unidades residenciais de reabilitação psicossocial de apoio médio e moderado; consultas.

Em relação aos Açores, a *Casa de Saúde S. Rafael*, 1927, em Angra do Heroísmo, desenvolveu-se progressivamente para receber os homens dos dois distritos, Angra e Horta; e em 1946 recebeu as mulheres que tinham ficado no hospital da Misericórdia em condições deficientes, sendo a sua secção feminina comprada em 1966 pelas Irmãs Hospitaleiras e lhe dado o nome de *Casa de Saúde do Santo Espírito*. A Casa de Saúde S. Rafael publica desde 1955 «O Irresponsável», jornal ergoterápico de humor, que durante largos anos foi dirigido pelos doentes. Actualmente a Casa tem 62 camas de psicogeriatrics,



9 de alcoologia, 47 de reabilitação psicossocial, uma unidade num bairro e 40 lugares em unidade socio-ocupacional, além de consulta externa de psiquiatria e psicologia.

A *Casa de Saúde do Santo Espírito* dispõe hoje de 160 camas para cuidados de psiquiatria, psicogeriatría/gerontopsiquiatria e deficiência intelectual; consultas de psiquiatria, psicologia, alcoologia; área de dia, reabilitação psicossocial e residência de apoio moderado.

A *Casa Saúde S. Miguel*, 1928, Ponta Delgada, foi propriedade da Junta Geral e do Governo Regional dos Açores, até 1983, em que passou a propriedade da Ordem Hospitaleira, como dissemos acima. A partir de 1943 acolheu as mulheres vindas do anexo da Misericórdia, sendo esta secção feminina entregue às Irmãs Hospitaleiras e transferindo para ela as mulheres da secção feminina da Casa de Saúde de S. Miguel. Actualmente, dispõe de 190 camas nas valências de psiquiatria, psicogeriatría, reabilitação psicossocial, alcoologia e toxicoddependências e duas residências na comunidade.

*Evolução dos tratamentos.* Em todas estas seis casas de saúde se praticaram desde os seus inícios sensivelmente os mesmos tratamentos, actualizados em cada época.

Nas últimas décadas do século XIX vivia-se um misto de progressos científicos em psicopatologia e métodos de tratamento, a par de correntes de incurabilidade degenerescente dos alienados, muitos deles mergulhados na pobreza e na miséria. A corrente de degenerescência mental ou incurabilidade propunha o seu internamento para a vida em colónias com cuidados de higiene, alimentação, calmantes e ocupações diversificadas nos serviços e agro-pecuária. Os tratamentos evoluíram de acordo com as boas práticas correntes nas casas da Ordem Hospitaleira e do modelo criado por S. Bento Menni em Espanha, Portugal e México. Tratamentos à base de medidas de higiene, alimentação saudável, ocupações utilitárias e de lazer, hidroterapia e calmantes, morfina, escopolamina e brometos, foram associados a práticas de humanização e pastoral da saúde no respeito cristão pela dignidade dos doentes. A partir dos anos 40 do século XX foram introduzidos os convulsivantes, sistocardil, cardiozol, eletrochoque e insulino-terapia; e, posteriormente, os psicofármacos: clorpromazina, serpasil, antidepressivos e neurolépticos, sempre associados à ergoterapia e ocupações ao ar livre. Não consta que a malarioterapia tenha sido utilizada nem as leucotomias. Nos anos 50 e 60 foram sendo introduzidos novos psicofármacos e neurolépticos de acordo com as investigações e práticas correntes. Nos anos 80 deu-se a inovação de abordagens de humanização, ocupações terapêuticas, psicoterapia social e comunitária, e uso dos psicofármacos de efeito prolongado. Nos anos 90 iniciou-se a reabilitação psicossocial e estruturação de unidades internas e residências na comunidade. No presente introduziram-se as práticas de cuidados continuados integrados em saúde mental e a respectiva adaptação arquitectónica das unidades.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Henrique (2002) — *Alienados. Assistência — Notas históricas*. Apresentadas nas comemorações dos 75 anos da CSSM e facilitadas pelo autor (inéditas). [S.l.: s.n.].
- ALMEIDA, Pe. Henrique de (1987) — *Resumo Histórico da Casa de Saúde de S. Rafael*. Angra do Heroísmo: Edição da Casa de Saúde de S. Rafael.
- ANDRADE, Sara Morais Saraiva de (2010) — *Hospitais do Sagrado Coração de Jesus*. In FRANCO, José Eduardo, dir. — *Dicionário histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. 1.ª ed. Lisboa: Gradiva, p. 440-447.
- BOMBARDA, Miguel (1899) — *Açores Médico*. Lisboa: Typographia de Adolpho de Mendonça.
- FILIPE, Pe. Nuno (1980) — *Irmãos de S. João de Deus 50.º Aniversário da Restauração de Províncias Portuguesa da Ordem Hospitaleira, 1928-1978*. Telhal: Ed. Hospitalidade.
- GAMEIRO, Aires (1985) — *A Ordem Hospitaleira de S. João de Deus nos Açores*. [S.l.: s.n.], p. 301-321. Separata da Revista «Atlântida».
- \_\_\_\_ (2000) — *Alcoolismo nos Açores e na Madeira. Padrões de Consumo em 1999 e 2000. Linhas de Prevenção*, Lisboa: Ed. Hospitalidade.
- \_\_\_\_ (2011) — *Papel do Dr. Miguel Bombarda no planeamento do Manicómio dos Açores no dobrar dos séculos XIX-XX*. In PEREIRA, Ana Leonor e; PITA, João Rui, eds. — *II Jornadas de História de Psiquiatria e Saúde Mental*. Coimbra: Grupo de História e Sociologia da Ciência-CEIS20, p. 57-63.
- \_\_\_\_ (2016a) — *Casa de Saúde de S. João de Deus*. In CINTRA, Pedro e PESSOA GIL, Nuno, coord. — *História dos Serviços de Saúde Mental*. Lisboa: Edições Parsifal, vol. II, p. 423-480.
- \_\_\_\_ (2016b) — *Casa de Saúde de S. Rafael*. In CINTRA, Pedro; PESSOA GIL, Nuno, coord. — *História dos Serviços de Saúde Mental*. Lisboa: Edições Parsifal, vol. II, p. 487-530.
- \_\_\_\_ (2016c) — *Casa de Saúde de S. João de Deus*. In CINTRA, Pedro; PESSOA GIL, Nuno, coord. — *História dos Serviços de Saúde Mental*. Lisboa: Edições Parsifal, vol. II, p. 531-588.
- \_\_\_\_ [s.d.] — *História da Casa de Saúde de S. Miguel nos Açores. A Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e os doentes mentais. Antecedentes, Inícios e Desenvolvimentos, 1890-2015*. [S.l.: s.n.]. No prelo.
- GAMEIRO, Aires; GONÇALVES, Manuel Maria (2014) — *História da Casa de Saúde de S. João de Deus na Madeira. Dos antecedentes a 1960*. Lisboa: Esfera do Caos, vol. I.
- GAMEIRO, Aires; BORGES, Augusto Moutinho; DORQUETE, José Nunes; ANDRADE, Sara (2010) — *Hospitais*. In FRANCO, José Eduardo, dir. — *Dicionário histórico das Ordens e Instituições Religiosas e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva, p. 173-187.
- GAMEIRO, Pe. João (1943) — *Os Irmãos Hospitais de S. João de Deus em Portugal. Memória escrita por ocasião do cinquentenário da Fundação da Casa de Saúde do Telhal, 1606-1834 e 1893-1943*, Telhal: [s.n.].
- GOMES, José Vieira (2016) — *A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892)*. In *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976): Administração e história*. Funchal: Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, vol. I.
- MEDEIROS, José Maria de (1953) — *Casa de Saúde de S. Miguel*. «Revista Hospitalidade», n.º 70, tomo IX, p. 260-264.
- MONT'ALVERNE DE SEQUEIRA, Gil (1898) — *Os alienados nos Açores, Ensaio de Estatística, Publicação feita por ordem da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Typ. Elzevieriana.
- MOTA, Nuno (2016) — *Loucura e periferia: o Manicómio Câmara Pestana (1906-1925)*. In *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976): Administração e história*. Edição: Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, p. 219-263, vol. I.
- TOMÁS, Francisco Caetano (2002) — *S. Rafael... um coração que bate*. Lisboa: Hospitalidade.